

Município de Coronel Pilar Av. 25 de Julho, 538, CORONEL PILAR - RS - 95726-000

(54) 3435-1115

CNPJ: 04.215.013/0001-39

SOLICITAÇÃO DE COMPRA DE MATERIAL / SERVIÇOS Nº 2024/86

Centro de Custo:

25 - SECRE.SAÚDE, MEIO AMBI.ASSI.SOCIAL

Entidade:

Município de Coronel Pilar

Data de Cadastro: 27/02/2024

Dad	os d	a Des	spesa
-----	------	-------	-------

Cód Total por Despesa Cat. Desp. Despesa Prog. P/A Rec. Fun. S.Fun. Exercicio Órgão Unid. R\$7.560,00 333903905000000 SERVICOS TÉCNICOS 5331 244 17 2513 2024 PROFISSIONAIS

333903900000000 OUTROS SER\

OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 5330

Projeto: MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL Órgão: 5 - SEC DE SAÚDE, MEIO AMBIENTE E ASS SOCIAL

Fonte de Recurso: RECURSO LIVRE

tem	Despesa	Valores do tipo médio Produto	Un. Medida	Quantidade	Val.Unitário	Val.Tota
1	5331	20322 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO.	SER	12,0000	630,0000	7.560,00
	Fornecedor 11339 - FAC				630,0000	7.560,00
	Totalizado	or do tipo médio de cotação		12,0000	630,0000	7.560,00

Assinaturas

Justificativa: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSESSORAMENTO EM ASSISTÊNCIA SOCIAL. SECRETARIA DE SAÚDE.

CARLA GIOVANAZ PIVATTO

Sec. Mun. de Saúde, Meio Amb. e Ass. Soc



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Município de Coronel Pilar - RS
Secretaria Municipal de Saúde, Meio Ambiente e Assistência Social
Necessidade da Administração: Aquisição de assessoramento, acompanhamento e execução na gestão de Assistência Social.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A necessidade trabalhada neste Estudo Técnico Preliminar é a Aquisição de assessoramento, acompanhamento e execução na gestão de Assistência Social.

A Secretaria da Assistência Social, necessita do auxilio da empresa contratada para a formatação e formulação dos instrumentos básicos de planejamento, implementação, diagnóstico e ação do SUAS. Faz-se necessário o auxilio na implantação de legislação do SUAS, análise da legislação, formatação de instrumentos de compras e de entrega dos benefícios eventuais. Auxilia no desenvolvimento de atividades de fortalecimento de vínculos dos usuários da politica de Assistência Social. Ajuda a intensificar a criação de politicas setoriais, em diversos segmentos da sociedade. Acompanha todas as etapas da criação do CRAS, fomentar o trabalho em rede de todas instituições ligadas a área de assistência social, com vistas a resolução dos casos de forma mais rápida, pró ativa e alta resolução, auxilia na criação de novas politicas sociais ao encontro das necessidades locais.

2. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

A aquisição pretendida está prevista no Plano de Contratações Anual do Município de Coronel Pilar / 2024, item 93 - Contratação de empresa.



3. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- **3.1.** Os materiais a serem adquiridos enquadram-se na classificação de compra, nos termos do inciso X, art. 6º da Lei n.º 14.133/2021.
- **3.1.1.** No ato da aquisição o fornecedor deverá apresentar todos os documentos que comprovem a sua habilitação conforme documentos propostos neste processo licitatório e, sendo obrigatório os documentos abaixo descritos:
 - 3.1.1.1. Habilitação Jurídica:
 - a) cópia do registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) cópia do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
 - c) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);
- d) cópia do decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
 - **3.1.1.2.** Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:
- a) comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) prova de regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, e regularidade fiscal com o Município, nos termos do art. 193 do Código Tributário Nacional, ou outra equivalente, na forma da lei;
- d) prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
 - e) prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho.
 - 3.2. Forma de Pagamento e Entrega dos Materiais:



- 3.2.1. Pagamento: O pagamento será efetuado em uma parcela, conforme a fatura ou nota fiscal acompanhada de boleto, que deverão ser entregues na Tesouraria Municipal, para pagamento até o 15° (décimo quinto) dia subsequente.
- **3.2.2.** Entrega: Os materiais deverão ser trocados no dia que for levado o carro para realização da manutenção.
 - 3.3. São obrigações da Contratante:
- a) Exercer o acompanhamento e fiscalização da entrega dos produtos, verificando suas especificações;
- b) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, como fornecimento e entrega correta do produto;
- c) efetuar o pagamento à Contratada no valor resultante do fornecimento dos materiais, no prazo e forma estabelecidos;
- d) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- **3.4.** A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência e de sua proposta:
 - a) fornecer os materiais conforme descrição solicitada;
- b) se responsabilizar com a entrega dos materiais dentro do prazo, em bom estado de conservação e sem avarias.

4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

A quantidade de materiais a serem adquiridos seguem na tabela abaixo:

Item	Quant	Unid.	Descrição
1	1	Anual	Assessoramento Assistência Social

5. ALTERNATIVAS DISPONÍVEIS NO MERCADO



Conforme pesquisa de mercado realizada, para solução da necessidade apontada, objeto do presente Estudo Técnico Preliminar, vislumbra-se possível, sob o aspecto técnico e econômico, a aquisição das peças.

Neste sentido, segue indicação de potenciais fornecedores e preços ofertados, de acordo com pesquisa de preços realizadas com empresas do ramo, seguem abaixo os valores unitários:

Item	Quant	Unid.	Descrição	Empresa Facilita Assesso- ria e trei- namento	KTO SUL - ASSES- SORIA E GESTÃO LTDA	CERTI ASSES- SORIA E CONSUL- TORIA LTDA
1	1	Anual	Assessoramento Assistência Social	R\$ 630,00	R\$ 1.500,00	R\$ 1.100,00
Total	-	-	- 7	7.560,00	18.000,00	13.200,00

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Estima-se para a aquisição almejada o valor total de até R\$ 7.560,00 (sete mil quinhentos e sessenta reais)

Vislumbra-se que tal valor é compatível com o praticado pelo mercado correspondente, visto a pesquisa de mercado realizada.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta é aquisição de materiais, conforme tabela abaixo:

Item	Quant	Unid.	Descrição	Facilita Assesso-	KTO SUL – ASSES- SORIA E	ASSES- SORIA E
				ria e trei-	GESTÃO	CONSUL-



				namento	LTDA	TORIA LTDA
1	1	Anual	Assessoramento Assistência Social	R\$ 630,00	R\$ 1.500,00	R\$ 1.100,00
Total	-	-		7.560,00	18.000,00	13.200,00

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Por se tratar de um fornecimento de material, entendemos não ser viável para a administração Municipal, possuir mais de que um contratado para a execução de serviços relacionados.

9. RESULTADOS PRETENDIDOS

Pretende-se, com o presente processo, assegurar a seleção da proposta apta a gerar a contratação mais vantajosa para o Município.

Almeja-se, igualmente, assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição, bem como evitar contratação com sobrepreço ou com preço manifestamente inexequível e superfaturamento na execução do contrato.

10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Para a contratação pretendida não haverá necessidade de providências prévias no âmbito da Administração.

A gestão e fiscalização da entrega dos materiais ficará a cargo da secretaria da Saúde, Meio Ambiente e Assistência Social Sra. Carla Giovanaz Pivatto, com acompanhamento da Assistente Social, Sra. Marilda Requia.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES



Este estudo não identificou a necessidade de realizar contratações acessórias para a perfeita execução do objeto, uma vez que todos os meios necessários para a aquisição/operacionalização dos serviços podem ser supridos apenas com a contratação ora proposta.

12. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

Não há possíveis impactos ambientais provenientes desta contratação.

13. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Com base na justificativa e nas especificações técnicas constantes neste Estudo Técnico Preliminar e seus anexos, e na existência de planejamento orçamentário para subsidiar esta contratação, declaramos que a contratação é viável, atendendo aos padrões e preços de mercado.

Coronel Pilar, 06 de fevereiro de 2024.

Carla Giovanaz Pivatto

Secretaria de Saúde, Meio Ambiente e Assistência Social



TERMO DE REFERÊNCIA

Município de Coronel Pilar - RS

Secretaria Municipal de Saúde, Meio Ambiente e Assistência Social

Necessidade da Administração: Aquisição de assessoramento, acompanhamento e execução na gestão de Assistência Social.

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

assessoramento, acompanhamento e execução na gestão de Assistência Social. A Secretaria da Assistência Social, necessita do auxilio da empresa contratada para a formatação e formulação dos instrumentos básicos de planejamento, implementação, diagnóstico e ação do SUAS. Faz-se necessário o auxilio na implantação de legislação do SUAS, análise da legislação, formatação de instrumentos de compras e de entrega dos benefícios eventuais. Auxilia no desenvolvimento de atividades de fortalecimento de vínculos dos usuários da politica de Assistência Social. Ajuda a intensificar a criação de politicas setoriais, em diversos segmentos da sociedade. Acompanha todas as etapas da criação do CRAS, fomentar o trabalho em rede de todas instituições ligadas a área de assistência social, com vistas a resolução dos

casos de forma mais rápida, pró ativa e alta resolução, auxilia na criação de novas

A necessidade trabalhada neste Estudo Técnico Preliminar é a aquisição de

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

politicas sociais ao encontro das necessidades locais.

Aquisição de assessoramento, acompanhamento e execução na gestão de Assistência Social.



Esse serviço é necessario para garantir o bom atendimento e manter a boa organização e resoluções da Secretaria de Assistência Social.

Por isso vê-se necessária a realização destes serviços para o completo funcionamento e agilidade da secretaria.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta é aquisição de materiais, conforme tabela abaixo:

Item	Quant	Unid.	Descrição
1	1	Anual	Assessoramento Assistência Social

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- **4.1.** Os materiais a serem adquiridos enquadram-se na classificação de compra, nos termos do inciso X, art. 6º da Lei n.º 14.133/2021, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo Termo de Referência, por meio de especificações usuais de mercado.
- **4.1.1.** No ato da aquisição o fornecedor deverá apresentar todos os documentos que comprovem a sua habilitação conforme documentos propostos neste processo licitatório e, sendo obrigatório os documentos abaixo descritos:
 - **4.1.1.1.** Habilitação Jurídica:
 - a) cópia do registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) cópia do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
 - c) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);



- d) cópia do decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
 - 4.1.1.2. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:
- a) comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) prova de regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, e regularidade fiscal com o Município, nos termos do art. 193 do Código Tributário Nacional, ou outra equivalente, na forma da lei;
- d) prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
 - e) prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho.
 - 4.2. Forma de Pagamento e Entrega dos Materiais:
- **4.2.1.** Pagamento: O pagamento será efetuado em uma parcela, conforme a fatura ou nota fiscal acompanhada de boleto, que deverão ser entregues na Tesouraria Municipal, para pagamento até o 15° (décimo quinto) dia subsequente.
- **4.2.2.** Entrega: Os materiais deverão ser trocados no dia que for levado o carro para realização da manutenção.
 - 4.3. São obrigações da Contratante:
- a) Exercer o acompanhamento e fiscalização da entrega dos produtos, verificando suas especificações;
- b) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, como fornecimento e entrega correta do produto;
- c) efetuar o pagamento à Contratada no valor resultante do fornecimento dos materiais, no prazo e forma estabelecidos;
- d) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem



como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

- **4.4.** A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência e de sua proposta:
 - a) fornecer os materiais conforme descrição solicitada;
- b) se responsabilizar com a entrega dos materiais dentro do prazo, em bom estado de conservação e sem avarias.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

A contratada deverá fornecer o material respeitando e cumprindo todas as cláusulas contidas no instrumento, para que satisfaça a necessidade do Município, garantindo a correta aplicação dos recursos públicos e a finalidade pública ao qual se destina.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. Nos termos do art. 117, da Lei nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos materiais realizados pela contratada.

Os Responsáveis serão a secretaria Sra. Carla Giovanaz Pivatto, juntamente com a Assistente Social, Sra. Marilda Requia.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO



- **7.1.** O pagamento será efetuado em uma parcela, conforme a fatura ou nota fiscal acompanhada de boleto, que deverão ser entregues na Tesouraria Municipal, para pagamento até o 15° (décimo quinto) dia subsequente.
- **7.3.** No ato do pagamento, serão efetuadas as retenções Tributárias e Previdenciárias prevista na legislação pertinente.
- **7.4.** A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do empenho, a fim de acelerar a liberação do documento fiscal para pagamento.
- **7.5.** Somente será autorizado o pagamento, pela autoridade competente, a fornecedores que estiverem quites com a Fazenda Municipal de Coronel Pilar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR/PRESTADOR DE SERVIÇO

- **8.1.** Considerando a natureza e os valores estimados dos serviços a serem contratados, a contratação será efetuado através de Dispensa de Licitação, com base no art. 75, II da Lei 14.133/21.
- **8.2.** Será selecionado o fornecedor que atender a todos os critérios de aceitabilidade de preços e de habilitação exigidos neste Termo de Referência.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Estima-se para a aquisição almejada o valor total de até R\$ 7.560,00 (sete mil quinhentos e sessenta reais).

Vislumbra-se que tal valor é compatível com o praticado pelo mercado correspondente, visto a pesquisa de mercado realizada.



10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O dispêndio financeiro decorrente da contratação ora pretendida decorrerá da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 – SEC. MUN. DE SAÚDE, MEIO AMBIENTE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Atividade 2513 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ASSISTENCIA
SOCIAL

3.3.3.90.39.05.00.00.00 - SERVIÇOS TECNICOS PROFISSIONAIS (5331)

Coronel Pilar, 06 de fevereiro de 2024.

Carla Giovanaz Pivatto

Secretaria de Saúde, Meio Ambiente e Assistência Social



AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

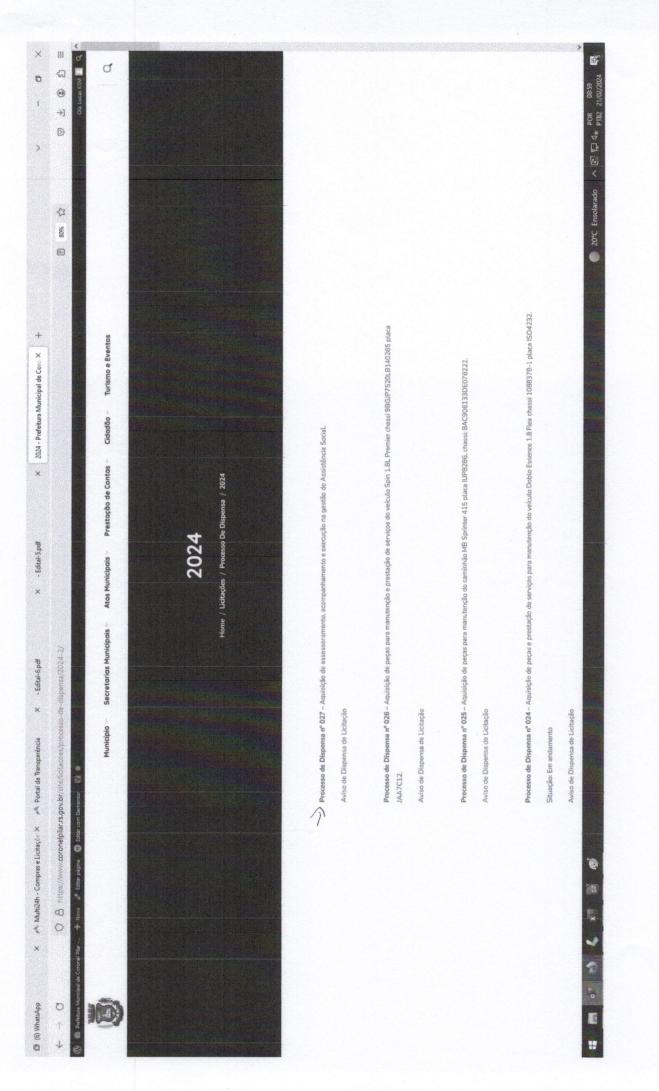
- 1. Necessidade da Administração: Aquisição de assessoramento, acompanhamento e execução na gestão de Assistência Social.
- 2. E-mail para cotação: compras@coronelpilar.rs.gov.br
- 3. Descrição Complementar:

Item	Quant	Unid.	Descrição
1	1	Anual	Assessoramento Assistência Social

- 4. O material deverá ser cotado de forma unitária.
- 5. Data limite para o envio da cotação é 23 de fevereiro de 2024.

Coronel Pilar, 20 de fevereiro de 2024.

Secretaria de Saúde, Meio Ambiente e Assistência Social





SOLICITAÇÃO DE COMPRA DE MATERIAL/SERVIÇOS Nº 2024/86

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 027/2024

PARECER DA ASSESSORIA JURÍDICA

Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal,

Versa o presente processo referente a contratação de assessoramento, acompanhamento e execução na gestão de Assistência Social.

Vem à esta assessoria o referido processo instruído com a referida solicitação de compra; comprovação de publicação de Aviso de Dispensa de Licitação, Estudo Técnico Preliminar; Termo de Referência; 3 Orçamentos, e documentos para habilitação da empresa que apresentou o orçamento de menor valor.

Nos termos do artigo 53, da Lei 14.133/2021, ao final da fase preparatória, o processo deve ser ofertado à Assessoria Jurídica para que seja confeccionado Parecer Jurídico sobre a correção do procedimento, para, após, ser publicado o edital da Licitação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e nos demais meios de comunicação, nos termos do artigo 54 e seus parágrafos, da Lei 14.133/2021.

Pois bem.

O artigo 72, da Lei 14.133/2021 prevê o processo de Contratação Direta composto dos seguintes momentos:

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;

III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento



dos requisitos exigidos;

 IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

VI - razão da escolha do contratado;

VII - justificativa de preço;

VIII - autorização da autoridade competente.

Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

Os documentos exigidos pelos Incisos I e II foram apresentados de forma satisfatória. É de se salientar que quanto ao Inciso II, pesquisa de mercado, o artigo 23, inciso IV, da referida Lei, prevê a apresentação de 3 orçamentos com data menor do que 6 meses para validar que o preço praticado é o de mercado. No caso em tela, por serem serviços personalizadas, e considerando o tamanho do Município e o as características de localização, é improdutivo buscar referencias de valores conforme preveem os demais incisos do artigo 23.

Verifica-se que os orçamentos dos serviços estão abaixo do limite orçamentário para dispensa de licitação previsto no art. 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021:

Art. 75. É dispensável a licitação:

(...)

II — para contratação que envolva valores inferiores a $R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;

Outrossim, verifico que os elementos essenciais da licitação estão observados.

Portanto, verifico que o processo está bem instruído, sendo caso de dispensa de licitação pela aplicação do artigo 75, inciso II, da Lei 14.133/2021, seguindo o rito do artigo 72, da referida Lei.

Contudo, cabe apenas salientar que segundo o entendimento do artigo 75, § 1°, II, da Lei 14.133/2021, todas as compras com o mesmo objeto devem ser consideradas para fins



de verificação do limite do artigo 75, inciso II.

Contudo, a sua consideração.

Coronel Pilar/RS, 27 de fevereiro de 2024.

Aloisio De Nardin - OAB/RS nº 64.849

Assessor Jurídico

Aventda 35 de Julho. 536 - CEP: 95.726-606 - Coronel Pilari - R6 - Fone/Fax: (54) 3435 1115 - E-mail: ilicita@coronelpilar.ra.gov.br